



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 104ª
(CENTÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER COM OS CONSELHOS DE SAÚDE DAS REGIÕES
ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL SOBRE A SITUAÇÃO DA SAÚDE
PÚBLICA DE CADA CIDADE,
de 12 de NOVEMBRO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – Está aberta a 104ª Sessão Ordinária desta Casa Legislativa, do dia 12 de novembro de 2009.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) – A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário sobre o Requerimento nº 1.876, de 2009, proposto pelos Deputados Dr. Charles, Eurides Brito, Erika Kokay e Benício Tavares, destina-se a debater com os conselhos de saúde das regiões administrativas do Distrito Federal o tema “A Situação da Saúde Pública de cada Cidade”.

Convido o primeiro coautor do requerimento, Deputado Dr. Charles, para presidir esta comissão.

(Assume a Presidência o Deputado Dr. Charles.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado, nobre Deputado Chico Leite.

A presente comissão geral, conforme requerimento, destina-se a discutir com os conselhos de saúde das regiões administrativas do Distrito Federal a situação da rede pública de cada cidade.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	2

Ao dar as boas vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, com o objetivo de discutir com os conselhos de saúde das regiões administrativas do Distrito Federal a situação da saúde pública de cada cidade.

Convido o nobre Deputado Chico Leite a tomar assento à Mesa e fazer parte dos trabalhos.

Eu queria que vocês, entre os que representam os diversos conselhos do Distrito Federal, escolhessem um – ou alguém se ofereça – para representar os conselhos na composição da Mesa. Por favor. (Pausa.)

Quem? A Mariângela?

Convido a Sra. Mariângela Delgado Athayde Cavalcante a fazer parte da Mesa. (Palmas.)

Boa-tarde, Sras. e Srs. Parlamentares, autoridades presentes, presidentes dos conselhos regionais de saúde e demais membros, senhoras e senhores.

É com imensa satisfação que realizamos hoje, nesta Casa de Leis, esta comissão geral sobre a situação da saúde pública em cada regional do Distrito Federal.

A falta de profissionais na área de saúde do Distrito Federal, de medicação, de aparelhamento, de condições adequadas, de atendimento e o uso inadequado de verbas destinadas a esse setor são algumas das nuances sempre citadas pela população e seus segmentos organizados. A falta de profissionais gera um grande tumulto e grandes filas. Quando se vai a qualquer hospital de Brasília, vê-se sempre as mesmas filas; vai-se aos centros de saúde e também se vê as mesmas coisas.

Segundo o Conselho de Saúde do Distrito Federal, a situação é agravada por causa do Entorno, região do Estado de Goiás e de outros estados que fazem fronteiras com o Distrito Federal. Isso gera essas imensas filas e complicações nos hospitais públicos do Distrito Federal.

Portanto, é preciso reestruturar a rede pública do Distrito Federal?

Vamos discutir esse assunto aqui. Precisamos entender que a participação de todos é muito importante, inclusive a do Governo. Porém, a sociedade tem de se mobilizar, e não podemos deixar de contar com a cooperação dos conselhos de saúde.

Em todos os cargos que já assumi na área de saúde até agora, a primeira atitude que eu tomava era estruturar os conselhos de saúde. É de fundamental importância discutir a realidade da saúde com os conselhos presentes, porque eu, como gestor, posso ter o entendimento, por exemplo, de comprar aparelhos de ressonância magnética, de tomografia, mas a realidade daquela cidade, daquela



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	3

regional, pode ser outra. Pode haver gente morrendo de tuberculose, de doenças endêmicas. Temos de ouvir os conselhos, as pessoas da cidade para, então, tomarmos um direcionamento. Por isso, é importante o conselho. É importante que vocês tenham o entendimento necessário do que é fazer parte de um conselho de saúde para que tenhamos uma saúde com mais qualidade.

Os recursos são importantes. Dinheiro, verba para saúde é importante. Porém, muito mais importante é a gestão em saúde, o direcionamento que se faz para que possamos ter saúde de qualidade.

Quero lembrar também da importância do atendimento da atenção básica. Nós nunca vamos fazer saúde adequada se só investirmos na questão intermediária ou terciária. Precisamos sempre levar em conta a questão básica. O nosso programa Saúde da Família – ou Saúde Saudável, qualquer nome que se dê -, de atenção básica, é de fundamental importância para que tenhamos saúde. Nisso entra o nosso programa aqui no Distrito Federal, que tem de dar atenção muito precisa para que possamos fazer saúde pública de qualidade.

Assim sendo, senhoras e senhores, passarei a palavra aos nossos componentes da Mesa. Depois darei 3 minutos para que 10 pessoas inscritas possam se manifestar. Então, peço aos inscritos que cumpram realmente os 3 minutos, para que a audiência não se estenda por demais.

Agradeço as presenças aqui na Mesa do Exmo. Deputado Reguffe, do Exmo. Sr. Deputado Chico Leite e da nossa Dra. Mariângela Delgado.

É provável que o Deputado Chico Leite tenha outras atividades. S.Exa. nos solicitou que o chamássemos primeiro. Eu tenho o prazer de chamar o Deputado Chico Leite para fazer uso da palavra.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, Deputado Dr. Charles, receba os meus cumprimentos pela iniciativa em nome daqueles que subscreveram o documento também com V.Exa.

Meu colega Deputado Reguffe, V.Exa., que fez tantas visitas e fiscalizações dos hospitais, pode constatar *in loco* que este Governo gastou 5 vezes mais com clínicas e hospitais particulares do que com os equipamentos de saúde pública desta cidade.

Dra. Mariângela, receba os meus cumprimentos. Meus amigos e minhas amigas dos conselhos de saúde, meus cumprimentos.

Na verdade, um governo, assim como uma família, mostra o que é mais importante não é quando discursa, não é quando promete, é quando mostra com o que gasta. Aliás, toda vez que se faz o debate público sobre gastos públicos, eu tenho dito que o problema não é quanto se gasta, mas com o quê, com que finalidade. Se é para salvar uma vida, 100 milhões de reais é pouco. Agora, 10 reais



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	4

jogados fora, patrimonializados, deslocados do patrimônio público para o particular é cadeia! Não há outra saída.

Nosso mandato tem se dedicado... Deputado Dr. Charles, V.Exa. inclusive, tem acompanhado isso, e o Deputado Reguffe tem acompanhado também. Alguns conselheiros têm buscado - e aqui eu quero fazer menção específica ao Aécio - esses dados no debate sobre fiscalização. Nosso gabinete tem se dedicado a fazer a fiscalização da execução orçamentária. O Deputado Dr. Charles é testemunha disso. Os números falam muito mais do que qualquer debate.

Eu vou, na verdade, fazer uma provocação e, depois dos fundamentos que mencionarei, farei a indagação: a saúde coletiva é prioridade deste Governo? Aí quem vai responder não é o debate, não é o discurso, é a execução orçamentária, porque aí são números. Quem vai no *twitter.com/chicoleite*, quem vai no *chicoleite.org.br* vê lá essa execução mostrada. Aliás, temos uma lei para que todos possam fazer isso sem precisar de Parlamentares, mas, até hoje, embora o Presidente Lula cumpra, o Governo do Distrito Federal não o faz, lamentavelmente.

Primeiro menciono queda de 90% dos gastos do programa Saúde da Família. V.Exa. entende disso, Deputado Dr. Charles. Comparando 2005 com 2009, vimos que houve uma queda de 90% dos gastos do programa Saúde da Família. Nesses 4 anos, os gastos caíram de 41 milhões de reais para 2,3 milhões, ou seja, enquanto a receita do DF crescia 75%, os gastos com o Saúde da Família caíam 90%.

Em 2009, o GDF gastou apenas 5% dos recursos com prevenção e controle do câncer e assistência aos pacientes. Com uma pequena dotação de R\$ 2,5 milhões de reais, em 2009, só foram gastos 124 mil reais com prevenção e controle do câncer e assistência oncológica.

Em 2009, só se gastaram 9,5% do orçamento com internação domiciliar. Esse é considerado um dos mais importantes programas da atual gestão da Secretaria de Saúde. É o que dizem. No discurso, parece que é mais fácil. Consiste em levar o tratamento ao domicílio do paciente, aliando os procedimentos médicos à atenção e aos cuidados familiares. Pois bem, de um total de 5,8 milhões, Bira - você já trabalhou nesse tipo de assistência direta —, só foram gastos 550 mil reais.

O gasto com farmácia foi de 52%. Na mídia local, existem várias matérias questionando a falta de remédio nos pontos de distribuição da Secretaria de Saúde. A Secretaria de Saúde afirma que não está faltando remédio. Os pacientes, porém, continuam reclamando da falta de medicamentos. Os senhores conselheiros e as senhoras conselheiras podem dizer: está faltando? Do total, o Programa de Assistência Farmacêutica tem uma dotação orçamentária de 209,5 milhões, foram gastos 109,7 milhões de reais, ou seja, apenas 52% do programa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	5

Vamos aos números da saúde mental. Esse é o papel de um Parlamentar. O serviço de saúde mental do Distrito Federal já foi considerado o melhor do Brasil. Hoje, há mais de 3 anos, não é feita marcação de consultas no Hospital São Francisco, de Taguatinga. Faltam 14 remédios utilizados pelos pacientes deste Hospital. O Programa de Assistência à Saúde Mental tem uma dotação de 2,7 milhões de reais, e só foram executados 210 mil reais, ou seja, apenas 7,7% do total orçado. Uma coisa é o orçado, outra coisa é o executado efetivamente. É no que é executado que sabemos se é prioridade o patrocínio, a empreiteira, o cimento ou a vida do ser humano. É aí que sabemos.

Só 5% dos recursos do SAMU foram gastos. Atendimento médico mais procurado no Distrito Federal, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência não tem sofrido apenas com trotes, como eles dizem, em seu telefone 192. O maior problema que enfrenta ultimamente é a falta de investimentos no sistema, que abrange médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, auxiliares de enfermagem e socorristas trabalhando 24 horas por dia. De uma dotação autorizada de 27,5 milhões de reais, foram efetivamente gastos apenas 1 milhão, ou seja, a execução do SAMU não chegou a 5% em 2009.

Após 3 anos e mais de 34 milhões gastos pelo GDF em prontuários eletrônicos, que diziam que eram novidade, eles funcionam apenas em Samambaia. Com esse dinheiro todo, Deputado Dr. Charles, Deputado Reguffe! Uma das principais promessas de campanha do atual Governo, a implantação, em toda a rede de saúde, dos prontuários eletrônicos, conhecidos como Cartão Saúde, ainda engatinha. Após gastar mais de 34 milhões, em 3 anos, para informatizar e interligar os dados dos pacientes, o GDF só conseguiu implementar o serviço na cidade de Samambaia. Era para estarmos chorando aqui. O Ministério Público e o TCDF investigam o contrato, sem licitação, hoje executado pela empresa Intersystems, representação de nossa lavra.

A Secretaria de Saúde, senhoras e senhores, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores dos conselhos, colegas Parlamentares, Dra. Mariângela, gastou mais de 500 milhões em contratos sem licitação. Mais de 500 milhões em contratos sem licitação! Os contratos foram firmados com hospitais particulares para uso de leitos de UTI, clínicas de hemodiálise para a execução do Cartão Saúde e clínicas oftalmológicas, serviços que deveriam ser executados pela rede pública de saúde do Distrito Federal.

Em 2007 foram 149,9 milhões de reais; em 2008, foram 182,8 milhões de reais; em 2009, já foram mais de 170 milhões de reais. Esses números somados ultrapassam os 500 milhões de reais. Na Vigilância Sanitária, Presidente, Deputado Dr. Charles - permita-me falar -, Deputado Reguffe, Sras e Srs. dos conselhos, Sras. e Srs. jornalistas, o GDF só investiu 4,1% dos 33,8 milhões de reais previstos para essa área. Ou seja, foram abandonados os programas de vigilância epidemiológica,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	6

vigilância sanitária e controle ambiental. Os números mostram a realidade. Eles são diferentes dos discursos que podem ser floreados por promessas e por galanteios.

O GDF gastou mais de 150 milhões de reais em UTIs particulares. O GDF repassou, no período de janeiro de 2007 a novembro de 2009, Deputado Dr. Charles, Deputado Reguffe, Dra. Mariângela, um total de mais de 150 milhões de reais para pagamento de convênios de utilização de UTIs em hospitais particulares. Com esse dinheiro o Governo poderia equipar mais de mil UTIs em hospitais públicos do DF. Sabendo que equipar uma UTI custa em torno de 150 mil reais, é só fazer o cálculo, Deputado Dr. Charles, médico, e Dra. Mariângela, médica, que sabem fazê-lo com proficiência. Os números mostram o que o Governo mais valoriza: o cimento, a empreiteira, os financistas ou a vida do ser humano.

Não fosse tanto, permitam-me, Deputado Dr. Charles, Deputado Reguffe, Dra. Mariângela, nós propusemos aqui um projeto de lei para regularizar os conselhos, para que todos eles tivessem independência e não ficasse essa história de expulsão de gente que neles trabalha, o que é ridículo! Gente que trabalha é expulsa porque causa problema. O causador de problema é o que denuncia o abuso e o desvio à autoridade!

O GDF, considerando a inconstitucionalidade, propôs projeto de sua lavra, nos seus moldes. Quando tudo estava pronto para se votar, sob a direção do Deputado Raad Massouh, naquela ocasião, o próprio GDF retirou a matéria e até hoje não deu sinais de seu retorno a esta Casa. Nós estamos esperando até hoje. Enquanto não houver uma regra, nós vamos sempre estar ao talante do governo de plantão. Eu, sinceramente, petista de coração e de ideologia, quero dizer que nenhum daqueles seres humanos que prestam *múnus* público, como são os conselheiros, podem ficar ao talante do governo de plantão, seja de que coloração, seja de que ideologia for.

Essa era a minha contribuição, Deputado Dr. Charles.

Muito obrigado.

Deputado Dr. Charles, apenas por uma questão de ordem e agradecendo a parcimônia imensa de V.Exa., vou deixar para contribuição os nossos números.

O DETRAN pode entrar em greve a qualquer momento. Estão agora em uma mobilização os agentes e as agentes do DETRAN porque deixaram uma pauta com o GDF ainda em abril e até hoje não receberam resposta. Que tratamento é esse dado ao servidor público e à servidora pública?

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado, nobre Deputado Chico Leite.

Quero dizer a V.Exa. que vamos continuar os trabalhos e, a partir dos dados de V.Exa. e daqueles que vamos colher aqui, encaminharemos todo o resultado



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	7

desse trabalho ao Sr. Secretário de Saúde do Distrito Federal e ao Sr. Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

Convido a fazer uso da palavra o nobre Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE – Deputado Dr. Charles, em nome de quem cumprimento todos os que estão na Mesa, Sras. e Srs. dos conselhos de saúde, os conselhos de saúde são muito importantes para o Distrito Federal; não tanto para os médicos, para os odontólogos ou apenas para os profissionais das áreas de saúde, mas principalmente para a população, pelo serviço público de saúde oferecido à população. Eles têm que ser mais valorizados. Por quê? Porque são eles que têm conhecimento do que existe realmente de problema, são eles que acompanham o dia a dia - pelo menos é essa a função - e que podem levantar os problemas. Pelos problemas podem ser trazidas as soluções.

Então, os conselhos deveriam ser ouvidos, deveriam ter uma participação muito mais atuante, muito mais permanente na execução de uma política pública de saúde nesta cidade. Deveria haver uma aproximação muito maior entre a cúpula da atual Secretaria de Saúde e os conselhos de saúde. Deveria ser diminuída a distância, deveria haver uma proximidade maior, até porque, em relação à saúde pública, o que todos nós queremos é a sua melhoria. Eu penso que os conselhos têm um grande papel nessa questão. Deveria haver um reconhecimento maior desses conselhos por parte da Secretaria de Saúde e também por parte da própria população do Distrito Federal, que também não conhece, não sabe o que eles significam.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria trazer alguns dados além dos que já foram postos aqui, inclusive alguns são espinhosos, mas precisam ser ditos com toda a clareza. No Distrito Federal, no orçamento do ano passado, de 2008, de despesa liquidada - não empenhada, mas liquidada -, gastou-se com medicamentos, inclusive com os de alto custo, 146 milhões de reais. Esse foi o gasto, em 2008, com medicamentos, e a população reclama tanto que estão faltando medicamentos. O gasto com vigilância e limpeza dos hospitais foi de 140 milhões de reais, quase igual ao gasto com medicamentos. Não está certo gastar com vigilância e limpeza o mesmo valor que é gasto com medicamentos, inclusive medicamentos de alto custo! Isso, em minha opinião, não é correto. Não é correto não se ter prioridade no gasto do dinheiro do contribuinte. É um dado espinho, gera muita polêmica, mas eu tenho a obrigação de dizer - gastaram, no ano passado, 140 milhões de reais com vigilância e limpeza dos hospitais e com medicamentos. Na rubrica, gastaram 146 milhões de reais apenas. Temos que trazer esses dados e deixá-los expostos para que a população do Distrito Federal possa discuti-los.

Além disso, Sr. Presidente, eu visito os hospitais desde o meu primeiro dia como Deputado. Eu posso citar aqui inúmeras denúncias que foram feitas por mim



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	8

neste microfone. Por exemplo, quando visitamos, eu e minha equipe, o Hospital Regional de Taguatinga, estava faltando na farmácia os medicamentos Dipirona e Plasil; no Hospital Regional da Ceilândia, no dia em que o visitei, estava faltando o analgésico Tramal. Portanto, há falta de remédios, e eu atestei *in loco* a falta de medicamentos na rede pública de saúde. Isso tem que ser dito claramente, precisa haver uma solução. Não há, da parte do Governo, um controle de medicamentos. É muito simples criar um sistema, um *software* com limites prudenciais para que, quando estiver acabando o remédio, acenda uma luz vermelha sinalizando que o Governo tem de repor os remédios.

Isso é uma questão de vida. Saúde pública é vida de pessoas. O problema é que algumas pessoas ficam tão geladas, tão frias que começam a não ter mais a capacidade de enxergar na outra pessoa um ser humano. Isso é muito ruim, principalmente para quem tem responsabilidade pública. A questão da saúde é uma questão de recursos também. Parece que o Governo gasta muito mais com obras do que com a vida das pessoas, do que com Saúde Pública. Então, é uma questão também grave no Orçamento.

Eu, com minhas emendas nesta Casa, tentei fazer a minha pequenina parte para dar uma contribuição e corrigir isso. Mas também é um problema gerencial de gestão, porque também não se faz uma política pública de saúde com o que se espera. Por exemplo, os transplantes. Por que as filas para os transplantes e as cirurgias não está na *Internet*, para acabar com a ingerência política e para ser transparente? Poderíamos, dessa forma, saber quem é o primeiro, o segundo, o terceiro na fila e acabar com a ingerência política. Se a pessoa tiver que esperar, ao menos ela saberá que não há ninguém passando na frente. É mais justo. É mais correto.

Além disso, Sr. Presidente, precisa-se fazer, na minha opinião, na área de saúde, investimentos pesados em equipamentos e também em recursos humanos. E há recursos, no orçamento, de outras áreas, que poderiam ser direcionadas para isso.

É preciso também que a sociedade valorize a saúde pública, por mais que vivamos um caos nessa área. Eu, talvez, seja um dos maiores críticos, nesta Casa, porque vi, *in loco*, a atual política de saúde pública do Distrito Federal.

Por exemplo, quando alguém vai a um hospital da rede privada, ao sair, recebe uma conta e, às vezes, não paga essa conta. Às vezes, quem paga é o plano de saúde. Mas está tudo dito lá, o quanto essa pessoa gastou naquele hospital. E ela tem que assinar tudo quando sai, há um controle. Nos hospitais da rede pública, não existe esse controle. O paciente sai de lá e não sabe nem quanto o Estado, ou seja, a sociedade gastou.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	9

Todo mundo, ao sair de um hospital, deveria saber quanto gastou com remédios etc. O paciente até poderia dizer que não foi bem atendido, mas saberia quanto o Estado, a sociedade, gastou com ele. É preciso que haja algum controle!

Há denúncias e mais denúncias. Denúncias contra médicos que não cumprem a escala, contra outros profissionais que desviam medicamentos. E que o Estado está fazendo para controlar isso? O que o Estado está fazendo em termos de política pública de saúde?

Votei, nesta Casa, contra o projeto que terceirizava o Hospital de Santa Maria porque penso que se deve investir na rede pública; devem-se trazer mais recursos, sim, para o atual Sistema Único de Saúde. Para isso, é preciso melhorar ou aperfeiçoar o atual sistema, que não devolve um serviço público de saúde à população.

O Governo apresentou, na proposta... e cabe a mim, como Parlamentar, sem querer me estender muito, Sr. Presidente, fiscalizar. Uma das funções precípuas de um Poder Legislativo é a fiscalização do gasto do dinheiro do contribuinte e a fiscalização da qualidade do serviço público. Até porque o Poder Legislativo moderno é cada vez menos legislador e cada vez mais fiscalizador; até porque vai chegar um momento em que vai haver leis demais e não vamos precisar fazer novas leis. Vai-se precisar que as que existem sejam cumpridas.

Então, o Poder Legislativo moderno é cada vez mais fiscalizar. Por exemplo, o Governo eleito apresentou, na campanha – eu me lembro bem; era uma arte bem feita –, aquele Cartão Saúde. Todo mundo iria ter Cartão Saúde, com prontuário eletrônico. Até hoje não existe isso!

O Governo coloca na campanha propostas que são compromissos. O governador não é eleito para fazer o que quer, o que der na telha. Ele recebe da população uma procuração para governar baseada não em uma carta em branco, mas em determinados compromissos que apresentou na campanha. Apresentou em sua campanha, para a área de Saúde, como principal proposta, o Cartão Saúde, que até agora – 2007, 2008, 2009 – não foi implementado. Não foi implementado! Mais uma vez, cobro isso em mais um espaço que tenho para discutir.

Por último, não posso deixar de dizer que existem denúncias de que há computadores alugados, em hospitais, que estão encaixotados, parados, sem uso. Primeiro, há de se ver se são alugados. Se forem alugados, a situação é grave, porque é o dinheiro público sendo corroído. Aliás, a grande revolução que teríamos neste país seria se as pessoas entendessem que o dinheiro público, do Governo, que as pessoas acham que não é de ninguém, é, na realidade, de todos. É preciso que haja enorme critério no gasto de cada centavo desse dinheiro.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	10

Então, isso é algo que precisa ser apurado por esta Casa. Há computadores encaixotados. Por que estão encaixotados? Se foram comprados, por que não são usados, já que a rede pública precisa de informatização? Se são alugados, pior ainda, pois estão gastando dinheiro público sem um resultado disso para a população, para o contribuinte, que é o dono desse dinheiro.

Sr. Presidente, agradeço o tempo e quero dizer mais uma vez que os conselhos de saúde são quem possui mais informações do que todos nós. São eles que passam diuturnamente ali, vendo a realidade. A função é fiscalizar, é ver, é estar ali.

Penso que a saúde pública é de todos, independentemente de coloração partidária. A Secretaria de Saúde deveria chamar os conselhos de saúde para perto. Trazê-los para perto, ouvi-los, dar soluções práticas. A população quer soluções práticas; às vezes, simples, mas práticas. Ela está cansada da retórica do discurso. Se a Secretaria de Saúde ouvisse mais os conselhos de saúde, talvez as coisas pudessem melhorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Agradeço ao nobre Deputado Reguffe as palavras. Vossa Excelência disse que a saúde é de todos, mas, pelo que se está fazendo aí, acho que ela não é de ninguém, porque ninguém a olha com carinho, e as coisas estão à revelia.

Esta Comissão Geral está sendo transmitida pela *TV Distrital*, canal 9 da NET, e será reprisada de acordo com a grade horária.

Concedo a palavra a minha colega e conselheira muito atuante, Dra. Mariângela.

DRA. MARIÂNGELA – Boa-tarde!

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Dr. Charles; o Deputado Reguffe e o Deputado Chico Leite, que se ausentou.

Cumprimento também os conselheiros de saúde do Distrito Federal, que aqui posso reconhecer, porque sempre trabalhamos em parceria; a conselheira Josineide, de Ceilândia; a conselheira Eurides, de Taguatinga; o conselheiro Evaldo, do Conselho do Plano Piloto; a conselheira Maria Carlo, do Conselho de Saúde do Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal; o conselheiro Aécio, do Conselho Regional de Saúde de Sobradinho; 2 outros colegas que são desse mesmo conselho; a colega do Conselho de Saúde de Brazlândia.

Temos a presença também de gestores de diversos centros de saúde, da



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	11

Administração Regional do Varjão e do Conselho de Saúde do Varjão. Temos representantes da pastoral da saúde; a conselheira do Conselho de Saúde do Plano Piloto e do Distrito Federal, e a conselheira do Conselho Gestor do HRAN, Ângela, também diretora do SINDSAÚDE. Então, temos uma plateia que não está cheia, mas que está com uma excelente representatividade.

Eu, atualmente, sou conselheira do Conselho de Saúde do Distrito Federal, além de ser diretora do Sindicato dos Médicos. Temos enfrentado realmente uma luta no Conselho de Saúde do Distrito Federal. Tenho defendido aquilo que é a minha convicção. Eu fui delegada da 8ª Conferência Nacional de Saúde, participei da primeira equipe de chefes de centro de saúde, aqui em Ceilândia, em 1981, um sistema de saúde que estava sendo entregue à população pelo Deputado Federal Jofran Frejat. Eu não poderia então deixar de defender o sistema público de saúde e de realmente ser contrária àquelas terceirizações e privatizações que não estão de acordo com a Constituição Federal, ou seja, não é uma assistência privada complementar.

É muito triste, na minha carreira de médica e de conselheira de saúde, ver o que está acontecendo a um sistema público de saúde que ajudei a construir e que tem 61 centros de saúde, hospitais regionais, inspetorias de saúde, hemocentro, laboratórios. Esse é o único sistema público de saúde do Brasil que tem uma rede pública estatal de serviços de saúde pública e que tem tudo para ser uma vitrine de saúde pública para o Brasil.

Quando fui chefe de centro de saúde, fiquei extremamente gratificada porque a política de saúde aqui implementada, que posteriormente serviu de modelo até para a Constituição Federal, conseguiu diminuir a mortalidade infantil, em Ceilândia. De 90 mortes por 1.000 nascidos vivos passamos para menos de 30, em menos de 3 anos. Ela conseguiu aumentar a cobertura vacinal da vacina tríplice de 6,8% para 100%, também em menos de 3 anos. Esse sistema público de saúde foi mantido em todos os governos – inclusive, quando o Deputado Federal Jofran Frejat foi Secretário de Saúde do Governador Roriz. Então, é lamentável que, nos últimos anos, essa saúde esteja sendo precarizada para ser privatizada.

No conselho de saúde, com relação à internação domiciliar – o exemplo citado pelo Deputado Chico Leite muito me surpreendeu –, eu tinha dado o parecer em dezembro, que se transformou em resolução, para que se implementasse no Distrito Federal os serviços de internação domiciliar públicos. Verificando a dotação orçamentária, que era de 5,8 milhões, foi constatado que só foram gastos 550 mil. Há 2 semanas foi apresentada no conselho de saúde a proposta de uma tabela privada de *home care* privado. Duas semanas depois, a proposta de cooperativa de anestesia e de contrato de cirurgias pelo setor privado. Com todo esse dinheiro revelado pelo Deputado Chico Leite, será que já não tínhamos condições de ter



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	12

implementado um sistema público de qualidade que atendesse a todos? Um sistema universal, conforme preconiza o Sistema Único de Saúde?

Então, eu vejo que é uma questão de decisão política, porque é público que o Governador Arruda – isso é público porque ele diz em todos os jornais – diz que a sua política de saúde é de privatizar. Inclusive, hoje, para a nossa surpresa, está sendo organizado no Hotel São Marcos um fórum de modelos de gestão do SUS, promovido pelo Governo do Distrito Federal e pelo jornal *Tribuna do Brasil*. Nós estivemos lá e só havia 6 pessoas. Aqui na propaganda está dito que o objetivo era reunir a sociedade, os trabalhadores usuários, para debater as alternativas de modelos de gerência. Lá não havia nem trabalhadores, nem usuários, havia somente 6 gestores da FEPECS. Quer dizer, é essa a situação que nós vemos na saúde pública do Distrito Federal. Nós, conselheiros de saúde, trabalhadores da saúde, precisamos, sim, resgatar aquele movimento sanitário de 1988 e refazer e resgatar a saúde pública do Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado por suas palavras Dra. Mariângela.

Quero registrar a presença dos seguintes convidados: Sra. Maria do Carmo Alves, membro do Conselho Gestor do Hospital de Taguatinga; Sra. Maristela Lacerda, presidente do Conselho Gestor do HRT; Sra. Eunice Santos, da Secretária Administrativa da Federação das Mulheres Unidas de Brasília e Entorno; Sra. Clarice Evangelista Nobre, técnica em nutrição; Sr. Evaldo Rui Rocha, Presidente do Conselho Regional de Saúde de Brasília; Sra. Angela Cristina Paula do Espírito Santo, conselheira de saúde do Conselho Regional de Saúde de Brasília; Sr. Massilon Arnovo da Silva, técnico em higiene dental; Sra. Maria Martins Viera, conselheira de saúde; Sra. Maria Carlos Moreira; Sra. Joseneide de Sousa; Sr. Mauro Sérgio Soares Rêgo, Presidente do Conselho Regional de Saúde do Gama; Sra. Márcia Massari, Secretária do Conselho de Saúde de Brazlândia; Sr. Fábio do Conselho de Sobradinho; Sra. Eurides de Jesus Domingos, representando o presidente, Dr. Tancredo Filho; Sr. Jmales; Sr. Manuel Luiz Rolo de Souza, enfermeiro; e Sra. Jane.

Sejam bem-vindos.

Como já houve a manifestação dos componentes da Mesa, passaremos agora para a manifestação plenária. Eu sugiro que cada pessoa mantenha-se dentro do tempo de 3 minutos para que todos os inscritos possam manifestar-se.

Quero dizer que convidamos um representante da Secretária de Saúde, mas, infelizmente, não compareceu formalmente nenhum representante, o que mostra o respeito que se tem com os conselheiros. Não temos aqui, formalmente, nenhum representante da Secretária de Saúde do Distrito Federal.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	13

Convido a fazer uso da palavra a Sra. Angela Cristina Paula do Espírito Santo, Conselheira de Saúde do Conselho Regional de Saúde de Brasília e Diretora do SINDSAÚDE.

SRA. ANGELA CRISTINA PAULA DO ESPÍRITO SANTO – Boa-tarde, Deputado Reguffe, Deputado Dr. Charles, Sra. Mariângela, conselheira atuante do Conselho do Distrito Federal, caros conselheiros e conselheiras.

Eu sou servidora da Secretaria há 29 anos. Entrei na Secretaria naquele momento, no início de 1981, em que todos os profissionais novos encontraram uma casa. Nós sempre comentávamos – aliás, não era Secretária de Saúde, era Fundação Hospitalar – que a Fundação Hospitalar era uma mãe, porque nós trabalhávamos bastante. Eu era, na época, agente de saúde pública. Trabalhei no Guará, no Cruzeiro Novo e também no Núcleo Bandeirante, onde eu moro. E lá a gente saía, visitava a comunidade, conhecia os seus problemas, levava ao centro de saúde e existia uma resposta para a comunidade, pois os centros de saúde eram bastante atuantes, existia um investimento na atenção básica.

Então, hoje, com 29 anos de Secretaria de Saúde, trabalho no hospital, não sou mais agente comunitária, trabalho com assuntos educacionais, com capacitação de pessoal, e o que eu vejo é o servidor desestimulado, cada vez mais adoecendo, porque a Secretaria não investe no trabalhador. Ela sempre coloca o trabalhador como culpado. Sabemos que o grande problema da Secretaria de Saúde é de gestão, de gerenciamento. Temos um problema sério que precisa ser corrigido na Secretaria de Saúde, pois o cargo é sempre ocupado por indicação. Não adianta você estudar ou se formar. Se você não for um deles, você nunca estará numa posição melhor. Isso é desestimulante para o trabalhador da saúde.

Eu vejo a questão da atenção primária como um problema crítico. Os prontos-socorros estão cheios. Se as unidades secundárias e terciárias estão lotadas, é porque não está havendo investimento na atenção básica. Então, vamos investir mais. Sobre aquelas denúncias que o Deputado Chico Leite fez, eu gostaria de saber onde foram parar os recursos. Se se investe apenas 5%, 10% daquilo que deveria se investir, aonde foram esses recursos? É isso que eu pergunto aos Parlamentares.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Concedo a palavra à Sra. Eurides de Jesus Domingos, representando o Presidente Tancredo Filho. Ela está até hoje na luta muito grande em favor dos conselhos de saúde do Distrito Federal.

SRA. EURIDES DE JESUS DOMINGOS – Boa-tarde, Deputado Dr. Charles — Presidente desta Mesa —, Deputado Reguffe e Deputada Erika Kokay. Em nome da Mariângela eu cumprimento todos os conselheiros militantes neste dia.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	14

A minha fala é referente a Taguatinga. Estamos meio órfãos lá agora, depois de sua saída. Quando o senhor estava lá, ajudava um pouco. Mas agora estamos meio órfãos. Na Policlínica, a Associação da Melhor Idade de que eu faço parte, nós não estamos tendo muito acesso à saúde mental. Como o Deputado Reguffe disse, estamos mais órfãos ainda, porque estacionou o São Vicente.

Eu gostaria de falar como usuária do Sistema e também como conselheira militante, não desde 1988, como a Mariângela, mas desde a 12ª e a 13ª Plenária Nacional. Nada daquilo que o Brasil mobilizou para se comprometer com a saúde foi feito. Onde está a CPMF criada para o nosso orçamento? Aonde está indo todo esse dinheiro de que falou o Deputado Chico Leite? Eu reforço as palavras da Angela.

Eu gostaria de pedir à Comissão de Educação e Saúde que nos ajude, que nos socorra. Estamos precisando de socorro. Falo em nome dos trabalhadores que estão adoecidos — dos médicos até o pessoal da limpeza —, e dos usuários que os procuram. Como serão atendidos? Não é má vontade deles. Eles estão adoecidos por ver tanta coisa. O Deputado e a Deputada Erika Kokay chegaram a ir aos hospitais e viram que não há nada de insumos. Como eles vão trabalhar? Como um profissional bom fará um bom serviço se não pode trabalhar? Ele não pode dizer que está faltando as coisas — como o Deputado Dr. Charles está sabendo. Alguns até saíram de um setor e foram para outros. Eram profissionais especializados que não poderiam deixar o pronto-socorro. Estamos aqui para pedir socorro. Como fiscalizadores, trazemos as denúncias, mas, para nos socorrer, precisamos do Poder Legislativo.

São as minhas palavras.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado, Eurides, por suas palavras.

Registro a presença da Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, Deputada Erika Kokay. Obrigado por sua presença aqui com a gente.

Concedo a palavra ao Presidente do Conselho Regional de Saúde do Gama, Sr. Mauro Sérgio.

Os que estão sentados atrás, se quiserem podem sentar-se mais à frente, onde é mais confortável.

SR. MAURO SERGIO – Boa-tarde, Deputado Dr. Charles, Deputado Reguffe, Deputada Erika Kokay e nossa representante do Conselho Regional, Dra. Mariângela.

Eu, como Presidente do Conselho de Saúde do Gama recentemente empossado — tivemos eleição há 2 meses —, estou por enquanto fazendo um levantamento do que acontece, mas o Gama não é diferente de todas as outras regionais de saúde, como temos visto aqui.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	15

O Gama está sempre aparecendo na televisão, ontem mesmo apareceu que o centro cirúrgico recém-reformado do Hospital Regional do Gama teve de ser interditado por causa de um vazamento que ocorreu na hora de uma cirurgia.

Estamos pedindo socorro, Deputado, pelo não fechamento da UTI do Hospital Regional do Gama, que está em vias de acontecer por falta de profissionais. Temos 6 leitos interditados e apenas 4 leitos funcionando, 3 médicos foram transferidos de lá, 2 pediram demissão. A situação está caótica, a situação está complicada. Acho que os Deputados deveriam pedir informações a respeito, porque as informações não são repassadas aos conselhos de saúde. Não há informação sobre qual é a real situação do que está acontecendo na UTI do Hospital Regional do Gama.

Há uma questão de recursos humanos também na regional do Gama, como em todas as regionais. Faltam médicos nos centros de saúde, faltam clínicos. A população reclama muito porque não tem acesso a consultas, não tem médicos no pronto-socorro. Os médicos do pronto-socorro estão às vezes deslocados para atender na UTI, então o pronto-socorro fica descoberto.

O centro obstétrico há muito tempo está sendo reformado; a gente não sabe como está a situação do centro obstétrico.

O laboratório no começo do ano foi quase fechado pela vigilância sanitária por falta de condições de trabalho, e nenhuma providência foi tomada para se apurar o que aconteceu dentro daquele laboratório. Hoje ele está sendo reformado, parece-me, com recursos próprios, não sabemos quando a reforma vai acabar. O laboratório está funcionando com instalações precárias dentro do Hospital do Gama.

Era o que eu queria falar. Vamos ver se a gente consegue alguma providência no sentido de que se melhore a saúde pública do Distrito Federal, que está realmente jogada de lado por esse Governo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado.

Eu estava ouvindo, Mauro, você falando que falta, falta, falta. É a tal da fartura danada!

Quero registrar a presença do Exmo. Sr. Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa de leis. Muito obrigado, Deputado Cabo Patrício, pela sua presença aqui com a gente.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Eu queria justificar o meu atraso. Estávamos numa reunião da Mesa Diretora que só terminou agora, por isso só pude chegar neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	16

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Roberto, o Borrachinha, Conselheiro de Sobradinho. (Palmas.)

SR. CARLOS ROBERTO – Boa-tarde. Muito me deixa satisfeito estar hoje aqui nesta Casa, da qual participei um pouco assistindo à Comissão de Educação e Saúde, dos Deputados Reguffe, Dr. Charles e Cabo Patrício.

Diante de tanta tristeza na área da saúde, eu me animei um pouco, porque vejo que todos os Parlamentares desta Casa são eleitos com voto do povo, e todo o povo do Distrito Federal está sofrendo com a saúde do Distrito Federal.

O Deputado Dr. Charles fez uma colocação muito interessante: a salvação da saúde no Distrito Federal são os conselheiros regionais de saúde. E eu falo a mesma coisa: a salvação da saúde pública no Distrito Federal está no povo e nesta Casa agindo juntos, sem questão partidária, sem discriminação de raça ou cor. Há tantos seres humanos fragilizados na saúde pública, que é direito de todos, está escrito na Carta Magna, e simplesmente pessoas se apropriam de uma coisa que não é delas, é de todos, do SUS, que é patrimônio da humanidade.

Então me sinto muito à vontade de estar falando aqui e me refiro ao Hospital de Sobradinho. Sobradinho teve uma rede de saúde que foi exemplo a nível nacional, onde surgiu o primeiro agente de saúde. Sobradinho teve o primeiro hospital-escola. Hoje, Sobradinho corre risco de perder uma escola de residente, corre o risco de perder programas de diabéticos. Eu falo: será que é culpa dos profissionais? Eu acho que é culpa de gerenciamento e falta de uma política pública de saúde do Distrito Federal, que não existe. Falta de uma política pública de gestão. E quero muito fazer uma denúncia nesta Casa, Srs. Deputados. Gestão hoje é indicar pessoas politicamente por Deputado A ou B, não pessoas competentes, capacitadas, aprovadas em concurso público. Então, a má gestão é o maior fator complicador na saúde pública do Distrito Federal.

Há muitas denúncias. Denúncias não faltam. Agora, eu defendo, ainda, muito, a questão da saúde básica. Eu me desloquei de Sobradinho para fazer uma visita a um doente mental em Ceilândia, a uma mãe desesperada que tem seu filho acorrentado. Em Sobradinho, nós temos um CAPS-AD que não tem estrutura para acolher um paciente desse nível. Sobradinho e Paranoá não têm. Qual o investimento que o GDF faz em cima disso?

Não sou contador, não sou economista, mas, para defendermos o SUS, é simplesmente a vontade do povo. Se juntarmos todos os Parlamentares desta Casa, todos os Conselheiros de Saúde, classes organizadas da sociedade, classes menos favorecidas, se precisarmos encher este plenário, nós encheremos. Só que nós viemos aqui discutir qualidade e solução para a saúde pública, e pretendo sair daqui com uma resposta muito boa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	17

Ano que vem é ano eleitoral, várias pessoas se candidatarão, vários Parlamentares vão querer ser reeleitos. Como vão fazer campanha? Eu defendo a saúde e a educação? De novo? Há quantos anos? Durante quanto tempo isso vai acontecer? Durante quanto tempo a sociedade vai escutar isso? Durante quanto tempo os menos favorecidos vão chegar ao hospital com seu ente querido e vê-lo ser jogado numa maca sem colchão igual a um saco de batata, como acontece em Sobradinho e em vários outros hospitais? Não é só em Sobradinho, falo de Sobradinho como um exemplo.

Hoje a gente vê um desmonte. Eu vejo isso há mais de 40 anos e colocam a culpa no Entorno. Há mais de 40 anos que o Hospital de Sobradinho tem a mesma estrutura física. Conseguimos um bloco materno-infantil. Agora, a luta do conselho de saúde foi reivindicar e buscar uma melhoria para aquelas mães que subiam 2 rampas depois de terem seus bebês, com fraldão entre as pernas para chegarem à maternidade. É uma coisa absurda, desumana.

Concluindo, peço a todos os Parlamentares desta Casa que olhem isso com carinho. A questão não é só dinheiro, a questão é envolvimento humano. Podem contratar 1 milhão de médicos hoje para suprir a rede pública que não resolve, porque é um problema de gerenciamento, de gestão equivocada contra o SUS.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Obrigado, Borrachinha, por suas palavras.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Aécio Alves, Conselheiro de Saúde de Sobradinho.

SR. AÉCIO ALVES – Na pessoa do Dr. Charles, cumprimento os demais membros da Mesa.

É um prazer, mais uma vez, estar na Casa, que realmente é do povo.

Hoje eu vou ser bem sucinto, falar pouco e ser bem objetivo, porque quem fala muito, às vezes, atrapalha, e as conquistas são poucas. Falando pouco, com objetividade, as coisas serão interessantes.

Eu anotei como conquistas do Conselho de Sobradinho: a permanência, como o colega falou, do pessoal do bloco materno-infantil. Neste momento, Sobradinho deu o exemplo de como reagir às imposições.

Temos um Conselho do Distrito Federal, em tese – não vou citar nomes, pois acho antiético –, que, às vezes, nos deixa órfãos. Imputaram uma culpa para Sobradinho. Foi falado que iriam tirar o bloco materno de Sobradinho e que os servidores iriam para outra regional. O conselho, fazendo o seu papel, através das Leis nº 8.142 e 8.080, foi contra. Pagamos um preço por isso, não vou discutir a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	18

questão do preço, mas, graças a Deus, que olha aqueles que são seus, nós revertermos isso.

Agora vou citar as conquistas: a Unidade de Odontologia, a Unidade de Fisioterapia, a Subestação de Energia, o Serviço de Atendimento Domiciliar, o SAMED, que foi criado em Sobradinho. Agora estão prometendo para nós um CEREST – Centro Estadual em Referência em Saúde do Trabalhador.

Mas falta melhorar muito os ambulatórios do Hospital de Sobradinho e o Pronto Socorro, que é uma vergonha. Faltam colchões de macas, escadinhas e mobiliários em geral. É necessária a contratação de pessoal administrativo de nível médio, de médicos e de outros profissionais de nível superior. É necessário mais rigor nas prestações de contas da regional de Sobradinho. As nossas metas são: a sede do conselho. Hoje a gente se reúne em uma sala. Amanhã pode ser debaixo de um pé de manga. Por enquanto, estamos em uma sala, mas, amanhã, não sabemos se ficamos.

Como a Comissão de Educação e Saúde é atuante, eu já tinha passado para a Deputada esta angústia: devemos discutir a respeito da educacional, porque há um tratamento diferenciado; os diretores são eleitos pela comunidade escolar. E por que, na saúde, os diretores não podem ser eleitos pela comunidade usuária da sua regional? Eu apresento isso como uma proposta para esta Casa discutir e debater com os conselhos, com a Secretaria.

Também contamos com o apoio, como disse o Deputado Reguffe, da Comissão de Saúde, porque temos que ter uma aproximação. Às vezes, os conselheiros querem trabalhar, mas a gente se sente como um passarinho fora do ninho, quando está querendo voar e não tem a proteção da mãe. Às vezes, você quer falar uma coisa, então, você é oposição ou é o fofoqueiro ou não quer trabalhar. Mas eu não me vejo assim, eu me vejo um cidadão concursado, trabalhador e faço muito bem o meu papel de conselheiro. E continuarei defendendo a saúde pública no Distrito Federal.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Aécio, obrigado.

Eu queria somar às suas palavras a lembrança de que a atuação legítima do conselho contou com a contribuição desta Casa no sentido de que vocês pudessem manter o que mantiveram através da denúncia que vocês fizeram à Comissão. Dessa forma, nós exigimos isso da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal. Então, quando as instituições se somam, como vocês disseram, nós conseguimos um resultado satisfatório.

Neste momento, convido para usar da palavra o Sr. Fábio Ferreira Martins, Presidente do Conselho Regional de Sobradinho.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	19

SR. FÁBIO FERREIRA MARTINS – Boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Dr. Charles. Cumprimento também os conselheiros.

Eu quero abrir a minha fala com um questionamento. Hoje qual é a importância dos conselhos regionais de saúde no Distrito Federal? Atualmente muitas das políticas que existem na saúde procuram muito o Conselho do DF, mas onde ficam os conselhos regionais nesta discussão? Eles não têm direito a voz. Os conselhos regionais não são escutados. E fica esta pergunta: qual a importância? Como o Aécio falou muito bem, incentivo nós não temos: não temos sede; o transporte, se a direção quiser autorizar um carro para que possamos fazer os nossos trabalhos um pouco mais distante, eles liberam; se também acharem que não devem, não liberam.

Então, nós estamos amparados por quem? Eu acho que temos que discutir uma estrutura mínima. Sou contra a que conselheiro receba qualquer tipo de remuneração. Mas, como usuários e trabalhadores, todos eles, que são voluntários, têm que ter uma condição mínima: telefone, transporte, local. Têm que ter uma condição mínima. Foi mencionada pelo Deputado Reguffe a questão do investimento em equipamentos e em recursos humanos. Eu digo mais: maior investimento em recursos humanos do que em equipamentos. Hoje, nós já estamos vendo uma realidade igual à de Santa Maria, onde o Governo gasta com equipamento e terceiriza os recursos humanos. Será que é essa a saúde que nós queremos? Será que é a sociedade que tem que valorizar mais o servidor ou isso tem que começar da própria casa, ou seja, a Secretaria valorizando o seu servidor?

Eu escutei um gestor falar que estão contratando servidores, porque os que ele tem não são qualificados! Então, cabe à Secretaria qualificar aquele servidor! Não, simplesmente, tratá-lo como um copo descartável! "Já usei, vai para o lixo, vamos pegar equipamentos e materiais novos".

Quanto à questão de a população valorizar o equipamento público, é difícil ela chegar doente ao hospital, totalmente esgotada e, quando quer o mínimo de humanização, de atendimento, passar 8, 10, horas numa fila para ser atendida. Não há como essa população dizer que a saúde está boa. Aí, vem a mídia dizendo que a saúde pública está isso, aquilo; e o governo se aproveita para mostrar que o privado vem em detrimento do público; ou seja, valoriza o privado e mostra que a terceirização é a solução. Não é! E já vimos isso em outros estados do Brasil.

Quero dizer, também, que a sociedade tem que fazer o seu papel. Tem, sim! Lá em Sobradinho, há uma associação dos idosos que conseguiu ar-condicionado para o laboratório, porque a Secretaria disse que não tinha recurso para um ar-condicionado no laboratório! Portanto, sempre que pode, ela consegue melhorias para o hospital. A sociedade faz o seu papel, mas ela não pode fazer o que o



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	20

governo deveria fazer; ou seja, o governo tem as suas responsabilidades e tem que cumpri-las.

Quero dizer também que o maior problema do GDF apontado pela população, segundo as pesquisas, é a saúde. Diante desse quadro, não temos dúvidas de que a saúde é o maior problema, porque o Governo escolheu suas prioridades. Ele lançou metas e fez um planejamento de prioridades. E estamos vendo em todo o Distrito Federal que a prioridade do Governo não é a saúde. Não precisamos nem dizer qual é. A saúde não é!

Na terça-feira, nós tivemos uma reunião ordinária do conselho com o SAMU e com o Corpo de Bombeiros. E, aí, eu vejo essa matéria: “queda de 90% nos gastos do Saúde da Família”. Ouvi muitas reclamações a respeito disso do SAMU e dos Bombeiros. Eles falam que a distância é o maior problema. Há alguns locais em Sobradinho que eles não conseguem atingir, ficando a população desassistida. E o Governo não investe no Saúde da Família, que poderia abranger essa área rural toda de Sobradinho. Na reunião, as equipes do SAMU e dos Bombeiros falaram que, se essas equipes estivessem funcionando e fossem qualificadas, eles não precisariam ir até essas localidades da forma como vão, ou seja, o atendimento chegaria mais próximo.

Para finalizar, eu quero fazer um apelo: nós vimos que o Governo está investindo, como uma solução para o Entorno, 3,6 milhões de reais para cada cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Isso. O governo está investindo esse valor mensal. Ele dá para cada cidade, mais ou menos, 350 mil reais.

SR. FÁBIO FERREIRA MARTINS – Isso. Mas, me desculpe a franqueza, isso é mais uma medida eleitoreira do que uma solução para saúde; porque, se o Governo quisesse uma solução para essa área, começaria a investir dentro de casa, depois se preocuparia com o Entorno.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Agradeço as palavras do Sr. Fábio.

Registro a presença do Sr. Valcir Costa Silva, membro do Conselho de Saúde da Estrutural, bem como a do Sr. Euclides Lourenço da Silva, Presidente do Exército da Salvação, e do Sr. Júlio.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Deputado Dr. Charles, eu gostaria de fazer uma solicitação nesta comissão geral. Nós estamos aqui com uma representação do



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	21

Sindicato dos Odontólogos, que estão com um indicativo de paralisação para a próxima quarta-feira. Eu gostaria que pudéssemos escutar as suas reivindicações.

DEPUTADO DR. CHARLES – Acato a sugestão de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Então, espero que o Sindicato dos Odontólogos possa explicitar toda a sua luta neste momento. Nós temos uma das piores coberturas de saúde bucal do Brasil, por que não dizer a pior em atenção básica?

Houve o descredenciamento do Centro de Especialidade Odontológica - CEO - do Gama. Estivemos no Ministério da Saúde para entendermos por que havia ocorrido o descredenciamento. Ali nos foi informado que o Governo Federal suportou por 3 anos de 2 a 3 milhões na conta do GDF para o CEO do Gama. Como isso não foi implementado e como há uma demanda muito grande de todo o Brasil, eles optaram por transferi-lo para outro estado. O mesmo ocorre com os CAPS — Centros de Atenção Psicossocial. Desde 2003 que não estão sendo utilizados os recursos necessários nos CAPS. O CAPS do Paranoá, que funciona sem a quantidade de profissionais suficientes, mas funciona com excelência de qualidade — eu queria aqui parabenizar os profissionais que estão no CAPS do Paranoá —, não recebeu os recursos previstos pelo Governo Federal para a sua implantação.

Eu digo isso porque o Carlos Roberto falava sobre a situação de uma senhora que foi, inclusive, agredida pelo próprio filho, portador de síndrome de dependência, e ainda quebrou toda a sua casa. Ela disse: “Eu estou voltando para a minha terra, o Piauí, porque aqui eu não consigo que ele seja atendido.” Nós encaminhamos esse caso para a Secretaria de Estado de Saúde e à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. A Secretaria de Estado da Saúde não dispõe de nenhum tipo de instituição para esse atendimento. O Hospital São Vicente, que está absolutamente sobrecarregado porque não há serviços substitutivos, não atende portadores de síndrome de dependência.

Portanto, acionamos hoje à tarde a Defensoria Pública para que impetre uma ação a fim de proporcionar a esta pessoa o seu direito assegurado pela Constituição Federal e pela sua própria condição humana. Ninguém pode, em pleno século XXI, depois de Pínel, continuar acorrentado. Esse não é o primeiro caso de pessoas amarradas dentro de casa. Há, pelo menos, 3 casos de pessoas amarradas pelas próprias mãos dentro de casa porque não há tratamento. Mas estão também acorrentadas — vimos hoje no Hospital Regional de Ceilândia — às camas, às macas, no centro cirúrgico, ou seja, na Cirurgia Geral da Emergência. Por quê? Porque, se não forem acorrentadas, elas são tiradas de lá para que se possam colocar outras pessoas porque não há espaço. Naquela emergência deveria haver por volta de 50 pessoas e havia mais de 70. Pessoas esperam uma cirurgia há mais de 1 mês ali naquele hospital. Não é uma realidade só do Hospital Regional de Ceilândia. Nós



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	22

tivemos a oportunidade de acompanhar a demanda das pessoas que ali chegavam e vimos que parte substancial da demanda é de atenção básica; não é do hospital. É de atenção básica. Não há cobertura de atenção básica.

Dados já foram passados pelo Deputado Chico Leite, e nós estamos em último lugar em cobertura de saúde da família. Em Ceilândia, deveria haver 100 postos de saúde da família se seguissemos as condições estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Há 16 incompletos. Para mim, é o seguinte: ou o posto de Saúde da Família é completo ou não é equipe de Saúde da Família. Há 16 incompletos!

Portanto, o dinheiro disponibilizado ao Entorno, por melhor que seja a intenção, não vai desafogar os nossos hospitais se não houver uma cobertura em atenção primária — seja em saúde bucal, seja em saúde mental, seja na saúde médica. Nós não vamos conseguir desafogar os nossos hospitais. O que está acontecendo no Hospital de Ceilândia é que parte dos usuários que demandam atenção primária está sendo encaminhada pelo posto de saúde, e os programas de hipertensão e de diabetes, que têm excelência de qualidade reconhecida em todo o Brasil, estão absolutamente precarizados. Porque o profissional que deveria atender esses programas está atendendo uma demanda que vem do próprio hospital.

No hospital, estamos com vários casos de pessoas que são participantes dos programas de hipertensão e de diabetes e que estão tendo complicações. Estão sendo atendidos no hospital com um quadro muito mais oneroso para os cofres públicos.

Eu penso que o problema não é a falta de orçamento no Distrito Federal. Temos este ano quase 4 bilhões de reais para o orçamento da saúde, é o maior orçamento *per capita* de todo o Brasil. O problema é que a lógica que está campeando dentro da Secretaria de Saúde é a lógica de crueldade absoluta.

Vejam bem a questão das UTIs. O Secretário anunciou com muita pompa que iria desbloquear 28 leitos de UTI e que estava com *kits* novos. Fomos ver os *kits*, e são sucata. Sucata a tal ponto que própria gerente de atenção intensivista disse que não colocaria o seu nome, o seu registro no Conselho Regional de Medicina, para validar tecnicamente aqueles *kits* nos hospitais públicos.

Esses *kits* apareceram emprestados, segundo o Subsecretário, por um amigo seu. O amigo do Sr. Fernando Antunes disse: “olha, eu te empresto esses *kits* para você colocar na rede pública.” Isso não existe, são recursos públicos. Não se pode tratar a coisa pública desta forma, isto é um crime. Quando se trata a coisa pública com descaso, está se cometendo latrocínio, porque, de toda sorte, é roubo seguido de morte. É isso que estamos vendo na saúde.

Nós fomos ao Hospital de Santa Maria. Ali existe quase a mesma quantidade de leitos de UTI com *kits*, camas e equipamentos de última geração, comprados com



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	23

recursos públicos e quarterizados (*sic*). Quarterizados, por 33 milhões de reais, à firma que é a mesma que emprestou os *kits* sucateados para a rede pública, que assumiu a quarterização (*sic*) da UTI de Santa Maria, e assumiu essa quarterização por 33 milhões de reais. Se é a mesma firma, se é o mesmo hospital, é amigo do Secretário Adjunto de Saúde, Sr. Fernando Antunes.

A Real Sociedade Espanhola já teve empenhado 33 milhões de reais este ano. Está praticamente com 33 milhões de reais. Eu me lembro da discussão que tivemos, por exemplo, sobre o tíquete ou sobre a contrapartida do tíquete-alimentação. Se for retirada a contrapartida de todos os servidores públicos, isso representa uma despesa de 38 milhões de reais. A Real Sociedade Espanhola já recebeu 33 milhões de reais, e não há 20% do hospital funcionando. As cirurgias que estão sendo realizadas lá são eletivas e de pequeno porte, porque não existe nenhum leito de enfermaria funcionando. Então, o caos, não tenho mais nenhuma dúvida, é um caos deliberado.

Deixou-se a Farmácia Central ficar da forma como está, inadequada, com recomendação do TCDF, de 2005. para que fosse reestruturada para, depois, tentar ser privatizada e entregá-la para uma armazenadora de grãos.

Uma empresa armazenadora de grãos, transportadora de carga, sem licença da ANVISA é que iria assumir a Farmácia Central do Distrito Federal, se a Procuradoria do DF dissesse que precisava de licitação, e que não havia por que dispensar a licitação. Pois o argumento, Deputado Cabo Patrício, de que há uma recomendação do TCDF – é uma recomendação de 4 anos atrás – não justifica que você dispense a licitação em função da negligência do próprio Estado. Isso é claro na legislação.

Até 2 meses atrás foram passados sem licitação 195 milhões em contratos para a iniciativa privada, e isso deve ter crescido. Foram 195 milhões que foram os passados para a iniciativa privada sem licitação. Como, sem licitação também, foi o caso daquela firma que levou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para realizar um fórum sobre novas formas de gestão do SUS. Nele havia seis pessoas. Seis pessoas! A Secretaria de Comunicação, por demanda da Secretaria de Saúde, pagou a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) – apenas a Secretaria de Comunicação. Ainda estamos investigando se saíram recursos da própria Secretaria de Saúde para realizar um fórum – estamos com o *folder* dele aí e peço ao Deputado Dr. Charles para mostrá-lo – para discutir a terceirização. Havia 6 pessoas. Seis pessoas! Quinhentos mil reais! E não temos profissionais nem condições de ter um funcionamento adequado.

Por isso, eu diria para cada uma e cada um de vocês que, além de gestão, precisa haver compromisso com o povo no Distrito Federal.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	24

Sinto uma dor imensa. Estivemos hoje no Hospital de Ceilândia. Ali havia pessoas esperando há 6 horas. Analisamos todos os GAEs (Guia de Atendimento de Emergência) e havia pessoas esperando há 6 horas para serem atendidas. O nível de pressão sobre os profissionais de saúde é imenso. Esse nível de pressão se potencializa porque sempre a lógica do Secretário é culpar os servidores. Esse Secretário demitiu; após ameaça, exonerou o Dr. André, Defensor Público e Chefe do Núcleo de Saúde. Depois de um debate sobre a morte de uma criança recém-nascida que tinha uma sentença expedida pela Defensoria Pública há quatorze dias. A Secretaria foi notificada três vezes para que pudesse submeter a criança a uma cirurgia, porque a família não tinha como pagar. Há 14 dias tinha essa sentença em mãos.

A Secretaria diz que não cumpriu a sentença. A criança faleceu. Houve um debate e, após esse debate, o Sr. Florêncio ameaçou o Dr. André. Pouco tempo depois, o Dr. André estava exonerado. Antes disso, eles disseram: "Não podem entrar os defensores com ação, sem consultar o conselho especial que criaram". Isso a reação dos próprios defensores conseguiu reverter. Segundo: "que defensor não podia falar para a imprensa" – lei da mordaza. Isso se reverteu. Por fim, a demissão do Dr. André, a exoneração dele do cargo de Chefe do Núcleo de Assistência Judiciária da Saúde e Questões Fundiárias.

Mas não é só isso. Um profissional, chefe de equipe do HRT, Hospital Regional de Taguatinga, foi demitido, exonerado no ar. Ele não poderia ser exonerado, porque estava como chefe de equipe numa condição contratual. Não havia função comissionada. Nós vimos o memorando desse chefe de equipe para a direção do hospital. Dizia que não havia como atender as pessoas em situação de urgência porque não havia anestesista. Em vez de procurar resolver o problema do anestesista ou o problema do atendimento, exonera-se na televisão, num desrespeito ao profissional. Isso é desrespeito a um profissional que está prestes a se aposentar, de alta capacidade, que está ou estava de licença médica. Portanto, perdem-se os serviços que ele presta à população porque o profissional se sente abalado, quebrado, humilhado, desqualificado publicamente. Acho que temos de mudar essa lógica. Há uma lógica...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Aliás, Deputada, só um instante. Esse profissional é um belíssimo profissional, um excelente profissional, diga-se de passagem.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Vai para o posto de saúde. Foi transferido sem o consentimento dele, por orientação da própria Secretaria, do Secretário, para um posto de saúde, para um centro de saúde. A emergência do HRT vai ficar sem um profissional, o que já é tão escasso.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	25

A relação com o conselho de saúde vai na mesma lógica: a lógica do absolutismo. Entramos com representação no Ministério Público de Contas, no Ministério Público do DF, porque há um descumprimento da resolução do Conselho Nacional de Saúde.

Nós temos o menor conselho de saúde de todo o País. Municípios com 5 mil habitantes têm um conselho de saúde com 10 pessoas. A recomendação da paridade - 50% de usuários, 25% de gestores, e 25% de profissionais - não está sendo cumprida, até porque ela não pode ser cumprida com o número de 10, porque não se divide 5 ao meio. O conselho de saúde se reunia no gabinete do Secretário.

Eu e o Deputado Chico Leite provocamos por 3 vezes o Conselho Nacional de Saúde para discutir a saúde do Distrito Federal. Por 3 vezes, nós estivemos lá. Numa delas, o Secretário esteve, e as palavras do Secretário foram: "Vocês pensam que são o quê? Eu faço o que eu acho que tem que fazer." Teve Deputado nesta Casa que disse que, se o Conselho Nacional de Saúde quisesse falar de Brasília, da saúde de Brasília, deveria se candidatar, concorrer e ganhar as eleições. Isso é uma verdadeira ignorância com relação ao que prevê a nossa Constituição e a nossa Lei Orgânica, que diz que há que se ter controle social. Os conselhos têm o poder deliberativo e têm também o poder de fiscalização.

Qual foi a reunião do Conselho de Saúde em que se discutiu, por exemplo, a terceirização das ambulâncias da Toesa? Ninguém sabia que foi também sem licitação. O Conselho de Saúde não discutiu. Chegou ao ponto em que a Secretaria criou uma comissão que iria repassar as suas deliberações para o conselho de saúde tomar conhecimento.

Encerro dizendo que as coisas caminham juntas. Você tem o autoritarismo, o absolutismo, o desrespeito com os profissionais. A culpa sempre é dos profissionais. A enfermeira que se sente insegura porque não tem uma máscara e faz uma queixa é processada.

A Secretaria chegou a ameaçar o Ministério Público, numa verdadeira lógica de Luiz XIV: o Estado sou eu, a lei sou eu. E isso caminha com a criação de condições necessárias para que se terceirize, terceirize, terceirize e se destrua o SUS.

Por isso, eu digo o seguinte: o SUS é o maior processo inclusivo que este país já viu e um dos maiores do mundo. Não tem quem não utilize o SUS! O SUS, essa conquista nossa, está em risco.

Por isso, cabe aos conselhos trabalhar para que o Executivo remeta a esta Casa a sua reestruturação e a sua reformulação para condizer com a população de Brasília e as resoluções democráticas da Constituição e as resoluções democráticas do Conselho Nacional de Saúde. E cabe a nós dizer que saúde é direito, saúde não é favor, saúde é direito. Temos recursos para isso, temos os melhores profissionais de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	26

todo o Brasil na área de saúde e temos uma gestão que quer quebrar os funcionários para repassar os recursos para a iniciativa privada.

Estamos apresentando um projeto para que, a exemplo do que acontece na educação, cargo comissionado seja ocupado por funcionário de carreira. Isso já está assegurado na educação. E que tenhamos o que já tivemos aqui durante o governo, se não me falha a memória, do José Aparecido: eleições para os gestores. Precisamos dos ares da democracia para podermos atender o povo e para podermos dizer que aqui o SUS é uma realidade.

Deputado Dr. Charles, V.Exa. é médico, é da área de saúde. Eu digo: nós corremos tanto perigo no Distrito Federal, corremos tanto perigo. Mas, para conter e eliminar todo esse perigo, temos conselheiros e conselheiras, que entendem a sua função e que exercem o seu papel.

Parabéns a todos os conselhos. Continuamos sempre lutando com os fiapos que nos surgem para que tenhamos a saúde que o povo do Distrito Federal merece e que a própria condição humana exige.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado por suas palavras, Deputada Erika Kokay. Nós também vamos reforçar e referendar esse perigo a que V.Exa. se refere, fortalecendo definitivamente o SUS, que é a grande bandeira da saúde brasileira.

Convido a fazer uso da palavra o Vice-Presidente desta Casa, Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Dr. Charles, Presidente da Comissão de Educação e Saúde, e todos os presentes, principalmente os membros dos conselhos de saúde de cada região administrativa.

Eu queria dizer que, ontem, tivemos uma grande felicidade na Câmara Legislativa, que cumpriu o seu papel quando aprovou o projeto de lei que estabelece o número de conselhos tutelares no Distrito Federal, fazendo justiça ao cuidado das nossas crianças e dos nossos adolescentes, que é o que teria que ser feito, inclusive, com os conselhos de saúde.

O Fábio disse, muito bem, que não há estrutura. Não que os conselheiros tenham que receber alguma coisa, algum tipo de remuneração, mas, no mínimo, que haja uma estrutura necessária para se fazer a fiscalização do atendimento à saúde pública do DF e também que se apresentem sugestões a fim de que a saúde possa melhorar e tenhamos um atendimento de qualidade no Distrito Federal.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	27

Aprovamos o requerimento de realização de comissão geral para o dia de hoje, em vez de realizarmos uma sessão plenária. Na verdade, foram apresentadas várias propostas — o Deputado Reguffe apresentou, e o Deputado Dr. Charles também — de visita *in loco* aos hospitais regionais do Distrito Federal, em cada cidade satélite. Também apresentamos a possibilidade de criação de um grupo de trabalho para levantar os problemas e de realização de uma comissão geral para debatê-los.

Desde o início, estão claras para todos os Parlamentares, para todos os membros do conselho e para a sociedade do Distrito Federal as mazelas em que se encontra a saúde pública do Distrito Federal. Nada do que foi dito aqui é novo. E nada do que foi dito aqui, infelizmente para cada um de nós, será resolvido, pelo menos a curto prazo. Essa é uma verdade.

A companheira Deputada Erika Kokay acabou de expor uma série de fundamentos do que acontece na saúde pública, como a terceirização do Hospital de Santa Maria. Esse hospital foi totalmente equipado com recursos públicos. Contratou-se a Real Sociedade Espanhola para administrá-lo, e os valores são pagos mês a mês àquela instituição. Já sabíamos, desde o início, que isso aconteceria no Governo do Distrito Federal.

Da mesma forma, não há, como foi dito pelos conselheiros de Sobradinho, o atendimento da Saúde da Família na sua plenitude. Não dá para dizer aqui que é por falta de recursos, porque, se fosse, o Governo do Distrito Federal não estaria repassando recursos para os municípios vizinhos. Eles também precisam do atendimento da saúde, mas para isso é que existe o SUS. Cada estado tem a sua arrecadação e recebe a verba do Governo Federal, do Ministério da Saúde. Não há necessidade.

Na verdade, é uma atitude política do Governo do Distrito Federal, do Governador Arruda, que quer, com essa atitude, não resolver os problemas da saúde, mas do seu processo de *marketing*, que é feito dia a dia na imprensa local do Distrito Federal. É feita uma publicidade maciça para convencer a sociedade. É só ligar a televisão para ver o GDF em Ação o tempo todo. É o que está estabelecido. Em todo o horário nobre, se você ligar a televisão em casa, vê isso. S.Exa. repassa esses recursos para os municípios não para resolver, mas para, em 2010, no ano que vem, conseguir votos para se eleger novamente Governador do Distrito Federal, até porque já se colocou como candidato à reeleição. Então, não tem intenção de resolver o problema.

O Secretário de Saúde, Deputado Federal Augusto Carvalho... Faço questão de mencionar, Deputada Erika Kokay, o nome do Secretário, porque, na verdade, instalou-se uma quadrilha no Distrito Federal e uma quadrilha na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, e essa quadrilha tem chefe. É estabelecido. É bom ficar



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	28

claro. S.Exa. pode entrar com processo, com o que quiser, como S.Exa. tem dito, porque é verdade. Seja nas farmácias, na compra de medicamentos, as licitações não são feitas de maneira pública - e o Ministério Público tem denunciado -, são feitas na sala do Secretário Adjunto, no horário de almoço inclusive.

Uma série de denúncias foi entregue a esta Casa e à Comissão de Educação e Saúde sobre a compra dos *kits*. A Deputada Erika Kokay falou muito bem que não compraram *kit* nenhum. O Secretário veio aqui, convocado por esta Casa, e ficou de apresentar o processo de compra, que, até hoje, não foi apresentado a nenhum Parlamentar, porque não existe processo de compra. Os *kits* são velhos. O próprio Secretário Adjunto foi dizer que é de um amigo dele.

Então, para as coisas ficarem muito claras afirmo que: o Governo do Distrito Federal fez a sua opção, Fábio. A opção dele é por obras. São mais de 1.700 obras no Distrito Federal. A própria Líder do Governo, Deputada Eurides Brito, numa entrevista que deu a um meio de comunicação do DF, disse que a principal atividade que o Governador Arruda desempenhou nos 3 anos, e vai apresentar ano que vem nas eleições, é na área do transporte, não é na da saúde pública, nem na da educação, nem na da segurança.

Não digo que o transporte não mereça também cuidados, mas não com a quantidade de obras que nós vemos por aí. E são mais de 1.700 obras, a maioria sem licitação, como a construção do VLT por causa da copa de 2014. Isso não é tão prioritária assim.

Todos os dias, e os Deputados vivenciam isto: recebemos pedido de leito de UTI nos hospitais ou pedido de transferência de hospital regional para o Hospital de Base. O tempo todo chega pedido aqui porque não se consegue atender a população do Distrito Federal. Faltam medicamentos de alto custo, faltam medicamentos básicos. E a culpa recai sempre nos servidores da saúde pública, seja médico, seja enfermeiro, seja atendente, seja auxiliar de enfermagem. Todos são culpados, mas justamente, Deputada Erika Kokay, Deputado Dr. Charles, para justificar a terceirização da saúde.

Nós não podemos esquecer, e há muito as pessoas não têm dito aqui, que o Governador Arruda foi líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele era Senador da República antes de violar o painel e renunciar. Naquela época defendia a venda da Petrobrás e de outras empresas que não foram vendidas. Hoje o Governo Lula escreve uma outra história, fortalecendo essas empresas e, inclusive, investindo no pré-sal para depois investir no social. No caso do Conselho Nacional de Saúde - quando quase cortou o repasse de recursos para o Governo do Distrito Federal -, alguns Parlamentares, como disse a Deputada Erika Kokay muito bem, vieram aqui dizer que não se tinha que discutir isso. Mas tem que discutir, sim, porque é esta Casa que tem que fazer parte da



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	29

discussão e são os Parlamentares, que estão nas cidades acompanhando a população e que poderiam fazer muito mais se não fosse a legislação. Muitos Parlamentares não têm a coragem de mudar a Lei Orgânica e passam a maioria de suas ações para o Governo, para o Executivo. Em vez de terem cada vez mais atribuições, repassam-nas para o Governador.

Então, os Deputados, que são a representação da adversidade de todas as comunidades, seja de movimentos sociais, seja de movimentos sindicais, ficam muitas vezes de mãos atadas. Esse é um grande problema. Até mesmo no caso da aprovação ontem da criação dos conselhos tutelares, só quem pode executar o Orçamento é o Governador. Não adianta.

Não adianta apresentarmos emendas, definirmos algumas questões do Orçamento. Eu tenho dito desde o ano de 2007, quando entrei nesta Casa, que é uma falácia. Você passa aqui quase 4 meses discutindo o Orçamento, recebendo solicitações de vários moradores, encaixando valores na saúde, na educação, na segurança, na cultura, e em várias áreas que são essenciais à população, mas depois quem executa é o Governador. É ele quem dita como será executado. Esse é um problema que esta Casa tem que ter coragem de resolver. Esta Casa tem que ter coragem de resolver. Eu acredito e tenho dito sempre que no final deste ano, talvez no último mês, já próximo a 2010, ou no primeiro semestre de 2010, os Parlamentares terão coragem.

Mas para isso eles precisam da pressão popular, principalmente da pressão dos conselhos de saúde com manifestações, mobilizações na frente de cada hospital e de cada centro de saúde, levando a comunidade, porque não precisam ter medo não. Pior do que ir para frente do hospital, barrar a entrada de qualquer pessoa e fazer mobilização é ver as pessoas morrendo lá dentro deitadas nos corredores sem atendimento médico e sem medicação. Isso é muito pior! Muito pior! E a população sofre muito mais. Por isso é importante que os conselhos de saúde assumam a liderança e a responsabilidade que têm, mobilizando a comunidade de cada região administrativa para se manifestar e cobrar do Governo local, porque o Governo Federal faz o seu papel repassando para o GDF, para o Governador Arruda. Porém, a incompetência do Governador, a incompetência do Secretário de Saúde e da quadrilha que se instalou no Governo que só se preocupa em ganhar dinheiro, em fazer caixa 2 para as eleições de 2010... Essa é a grande verdade, tem que ser dita. E as pessoas continuam morrendo. A população tem que se manifestar, e o conselho de saúde é responsável por isso.

Por isso, companheiros, eu espero que isso não acabe aqui em apenas uma discussão e que a gente possa realmente, com apoio de todos vocês, mobilizar cada região administrativa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	30

Esta Casa aprovou a criação, Deputada Erika Kokay, Deputado Dr. Charles e Deputado Reguffe, de uma comissão parlamentar de inquérito que eu tive o prazer de instalar quando o Deputado Leonardo Prudente viajou com o Governador e o Vice-Governador. O Governador não quis que eu assumisse o Governo do Distrito Federal porque eu disse que, se assumisse, começaria exonerando o Secretário de Saúde e depois o restante dos incompetentes. (Palmas.)

O conselho de saúde tem que se posicionar para que essa CPI comece a funcionar. Os líderes dos blocos partidários não indicaram os membros, não foram indicados ainda, mas a CPI já foi publicada. Ela pode passar a funcionar e só funciona com pressão. O ano que vem é ano de eleição e os Parlamentares têm que sentir a pressão da população. As lideranças que representam a população no conselho de saúde têm que fazer esse tipo de mobilização, de organização. Têm que contar, inclusive, Deputado Dr. Charles, com o apoio da Comissão de Educação e Saúde.

Há o panfleto do fórum em que foram gastos quase 500 mil reais. Esse fórum - cujo panfleto foi apresentado pelo Deputado Dr. Charles e que foi citado pela Deputada Erika Kokay - é claro que não é o primeiro, nem será o último. É bom que cada um dos senhores e a sociedade fiquem sabendo disso. Existe uma série de fóruns sendo feitos dessa mesma maneira, com recursos na ordem de 400 a 500 mil reais cada um, para meia dúzia de pessoas, e nós sabemos qual é a finalidade disso. Inclusive, há a participação de emendas de Parlamentares desta Casa!

Isso tem que ser apurado, e uma CPI poderia fazer essa apuração para vermos onde os recursos vão parar, porque ninguém gasta 500 mil reais com 6 pessoas participando de um fórum. Isso é caixa 2! É preparação para a campanha de 2010! É bom que isso fique claro. E isso acontece em detrimento das pessoas que morrem nos hospitais todos os dias.

Por isso, companheiros, eu espero que nos encontremos muitas vezes não só aqui neste plenário, mas também nas portas dos hospitais, para mobilizar a comunidade de todas as cidades a fim de pressionar a instalação e a efetivação da comissão parlamentar de inquérito, não só para apontar resultados para a saúde pública do Distrito Federal, mas, principalmente, para colocar na cadeia os corruptos que estão lesando os cofres públicos do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Eu quero parabenizar o Deputado Cabo Patrício e agradecer as palavras de S.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	31

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, está comigo a foto do fórum que gerou o gasto de 500 mil reais, realizado no Hotel San Marcos. A foto mostra 5 pessoas. Eu gostaria que a TV Distrital desse um *close* na foto. Aqui está a foto do fórum que custou 500 mil reais e que tinha como objetivo convencer a população, o Estado ou a cidade da necessidade da terceirização. Cinco pessoas estão em plenário, e 500 mil reais foram gastos.

Por que não dialogam com os servidores? Por que não dialogam com a população? Eu lembro que alguns conselheiros de Sobradinho disseram que temos um secretário com o apelido de Lombardi, pois o secretário nunca aparece, não dialoga com a população, dialoga apenas com os empresários.

Era apenas essa a questão de ordem para mostrar a foto que indica que havia 5 pessoas no fórum que custou 500 mil reais.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Cada pessoa custou 100 mil reais, Deputada Erika Kokay. Foram 5 pessoas, o fórum custou 500 mil reais, então cada pessoa saiu por 100 mil reais.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – A matemática, neste caso, é fria, Deputado Cabo Patrício.

Concedo a palavra à Dra. Mariângela Delgado Athayde Cavalcante para falar mais um pouco sobre o seu projeto. Logo depois, passarei a palavra à representante do Sindicato dos Odontólogos do Distrito Federal, Dra. Patrícia Zampronha Moraes.

DRA. MARIÂNGELA DELGADO ATHAYDE CAVALCANTE – Nós da comissão de conselheiros do Conselho de Saúde do Distrito Federal e mais a conselheira do Cruzeiro, Sra. Maria Carlo - foi decidido pelo plenário do Conselho de Saúde Federal - elaboramos uma proposta de reformulação do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Nessa proposta nós ouvimos todos vocês, nós ouvimos os conselheiros regionais de saúde. Havia sido apresentada uma proposta anterior, PL 616, pelo Conselheiro Teixeira, mas era uma proposta que não contemplava os conselhos regionais de saúde. E essa proposta está contemplando, em todas as prerrogativas, o Conselho de Saúde do Distrito Federal e os conselhos regionais de saúde, que também são deliberativos.

A nossa proposta, a que está feita, é de 40 conselheiros, sendo que 8 representariam as 7 regiões de saúde, para ser paritário. Então, a maior região de saúde é contemplada por 2 conselheiros. É uma proposta em que o plenário do conselho de saúde elege o presidente do conselho, quer dizer, não será mais o secretário de saúde. Ele será eleito pelo plenário do conselho.

Então, são 4 itens. Contemplam-se os conselhos regionais de saúde e há o presidente eleito, os 40 conselheiros e as regiões de saúde. Então, essa é a proposta



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	32

que existe para ser votada no plenário do Conselho de Saúde Federal. Quando for votada, precisaremos da presença de todos vocês lá, porque a proposta contrária é não contemplar os conselhos regionais de saúde, retirar o direito de profissionais de saúde, como eu, que sou também sindicalista, de concorrer ao conselho como usuário. E não existe nenhuma lei para isso.

É importante esclarecer que, quando formos votar, vou me comunicar com vocês e preciso da presença de todos na votação pelo Plenário do Conselho de Saúde Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Convido para fazer uso da palavra a Dra. Patrícia Zampronha Moraes.

DRA. PATRÍCIA ZAMPRONHA MORAES – Boa-tarde a todos. Muito obrigada, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Dr. Charles, Deputada Erika Kokay e obrigada aos conselheiros por estarem participando desta Comissão.

A Secretaria de Saúde possui um serviço odontológico, e acredito que todos têm conhecimento disso. É um serviço odontológico construído; uma rede hierarquizada. Temos atenção básica, especializada e secundária nas áreas especializadas em Odontologia e até terciária no Hospital de Base, na parte de cirurgia bucomaxilofacial. Quer dizer, é uma rede que faz um atendimento desde o bebê até os politraumatizados. Infelizmente, é um serviço muito pequeno, com um impacto muito baixo sobre a população, apesar dos profissionais qualificados.

Até 2004, como é do conhecimento de V.Exa., Deputado Dr. Charles, tínhamos o mesmo salário que a categoria médica. Nos nossos serviços, como deve ser da experiência própria de cada um, a atividade odontológica pressupõe que os profissionais, além de consultar, de diagnosticar, de medicar, fazem um procedimento cirúrgico, na maioria das vezes com o paciente sob anestesia.

Trabalhamos nas mais variadas especialidades, com atendimentos em centros cirúrgicos, como foi o último caso do colega do HRAN. É um atendimento, então, em centro cirúrgico, no Hospital de Base. Assim, somos uma categoria que atua com total autonomia e com total responsabilidade civil sobre os nossos atos, ou seja, não temos uma função delegada. Temos uma autonomia e responsabilidade, da mesma forma que os médicos.

Desde 2004, nossas carreiras foram separadas por planos de carreira, e passamos a receber 35% a menos do que a categoria médica, em média. No início da carreira, um cirurgião dentista ganha até 42% a menos que um médico. Agora, com a incorporação da GAM, para os médicos, essa situação pode chegar até 66% ou 70% a menos.

Achamos essa situação muito injusta, ela está se agravando, e a categoria vem negociando desde o último Governo. Já são 2 ou 3 anos de conversas com as



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	33

autoridades governamentais, mas nunca obtivemos nenhuma resposta que resolvesse esse impasse.

A categoria não vê outra saída senão interromper as atividades de atendimento odontológico, para que alguém veja a nossa situação. Temos feito várias assembleias. Teremos um ato público na semana que vem. Infelizmente, a ideia é fazer a interrupção desse atendimento para forçar uma negociação e a recomposição salarial dos nossos salários.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, falando com os conselheiros e trazendo esse problema.

Solicitamos apoio das autoridades presentes, inclusive dos conselheiros, para fazer essa negociação e para reparar toda essa defasagem, que é muito injusta. O profissional se sente muito injustiçado, desmotivado em permanecer nessa situação. É realmente bastante difícil atuarmos e assumirmos as responsabilidades que temos junto aos pacientes.

A categoria gostaria de crescer dentro da Secretária de Saúde e de atender mais pessoas sempre, mas é importante que essa questão salarial seja vista, porque é muito injusta. Só para que se tenha uma ideia, a maioria dos profissionais do Hospital de Base que atuam na área de cirurgia bucomaxilofacial querem se afastar do serviço. Muitos saem para chefia de equipe; outros, para ministérios ou outro lugar, e como é que fica a população que é acidentada, que é politraumatizada em um acidente, sem a intervenção do cirurgião bucomaxilo?

Então, é uma situação que precisa ser vista. Pedimos o apoio da Câmara Legislativa e dos Parlamentares nessa negociação, neste momento.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Dra. Patrícia, lembro, em que pese ser médico, que vocês realmente têm as mesmas responsabilidades. Eu já tive a oportunidade de dizer a você também e acho que realmente temos que lutar todos em favor dessa questão do odontólogo. A política de saúde já é ruim; a bucal, então, no Distrito Federal, inexistente.

Sugiro a você que encaminhe documentação para a Comissão de Educação e Saúde, da qual sou Presidente, para vermos o que nós, juntos, podemos trabalhar no sentido de ajudá-los e também aos médicos. Vamos refazer essa questão para ver se o nível médio... e todas as outras categorias também merecem ganhar, porque não é só o médico que faz saúde no Distrito Federal.

Havíamos encerrado o uso da palavra pela plenária, mas, como sempre, gosto de encaminhar os nossos trabalhos de forma democrática. Pergunto aos conselheiros se paramos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	34

A Josineide, Presidente do Conselho de Saúde de Ceilândia, solicitou o uso da palavra. É possível? Todos concordam? (Pausa.)

Concedo a palavra a Josineide.

SRA. JOSINEIDE – Boa-tarde! Agradeço a oportunidade e quero dizer que Ceilândia sempre tem que ser empurrada, tem que se esforçar para ser atendida.

Quero falar sobre a estranheza de termos um assunto tão importante como saúde da população do Distrito Federal, com pessoas tão importantes como os conselheiros de saúde que aqui estão representados, e termos aqui somente 5 Deputados desta Casa, os mesmos que nos visitam em nossas regionais, como o Deputado Dr. Charles, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Reguffe. Peço desculpas à Deputada por não ter podido acompanhá-la hoje, na visita ao meu hospital, mas eu estava com um problema.

Ceilândia é sempre assim: fica por último. Mas lembro que Ceilândia é a maior cidade do DF. Ceilândia possui 600 mil habitantes e, com esses 600 mil habitantes, muitos e muitos e muitos problemas. Hoje, a Deputada Erika Kokay viu isso. Até fui consultada sobre o local aonde ela poderia ir e eu disse que deveria ir visitar o nosso pronto-socorro, que realmente é o nosso problema.

Então, quero dizer que tenho 32 anos de Secretaria de Saúde. Sou aposentada. Como disse a minha amiga de faculdade Ângela, quando entramos, era realmente uma maravilha, era tudo bom. A Fundação era uma mãe. A Dra. Mariângela, nossa incentivadora, trabalhou conosco em Ceilândia; tínhamos boas coisas. Nós, como funcionárias, éramos altamente motivadas a trabalhar, mas fomos abandonadas na questão da saúde do trabalhador. Fomos abandonadas. Ficamos 30 anos sem fazer um exame periódico. Hoje, estou andando assim. Fui abandonada, assim como todos os funcionários da Fundação, Secretaria de Saúde hoje. Isso em questão de saúde do trabalhador.

Ceilândia merece respeito. Ceilândia merece outro hospital. O nosso hospital é o mesmo de 38 anos atrás, eu sou moradora desde o início. Aquele hospital não suporta mais a população que temos. É uma falta de respeito com a nossa população aquele hospital. Não tem mais como crescer. E eu quero ressaltar aqui um grupo muito grande daquele hospital que trabalha com muito amor e que o faz andar, mesmo com todas as dificuldades que a Deputada viu hoje. A Deputada sabe como todos trabalham ali. Senão eu não sei como seria. O hospital não tem espaço, é muito difícil o trabalho.

Eu entrei esse ano com muita esperança – como todo brasileiro, a gente entra com muita esperança, com muita expectativa – porque falaram para nós que este ano ia ser o ano da saúde. Então, o que nós tínhamos e ouvíamos? Nós ouvimos um programa da Dra. Jacira, na área do Saúde da Família, um programa lindo e



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	35

maravilhoso. Estamos acabando o ano de 2009, e cadê? Cadê o programa da Dra. Jacira? Cadê as Unidades de Pronto-Atendimento – UPA? Ceilândia teria 2 unidades de pronto-atendimento conforme o Ministério da Saúde estava dizendo. Onde estão elas?

Em relação ao CAPS, fizemos uma luta, a Deputada Erika Kokay e outras pessoas estiveram conosco lá. Hoje dizem que o CAPS não está funcionando por questões burocráticas, esbarrou em questões burocráticas. Está lá o local, mas não funciona, não tem nada do CAPS.

Existem pessoas que acorrentam os filhos e os parentes com problemas mentais. Hoje, em Ceilândia, temos que andar nas vias, quando estamos dirigindo nosso carro, com muito cuidado para que não atoplemos essas pessoas com problemas mentais que estão soltas nas ruas. Tem um que mora em frente ao hospital. Ele pegou uma caixa, botou um cadeado e dentro dessa caixa ele tem um fogão, uma garrafa térmica e mora em frente ao hospital. De dia ele faz o café dele e fica ali, à noite ele vai dormir no pronto-socorro, ele toma banho no pronto-socorro. Então, os nossos doentes mentais estão soltos na rua, quem quiser pode olhar lá perto do banco BrB. Não é toda família que consegue manter seus doentes mentais em casa.

Outra coisa, falando aqui para a doutora odontóloga, foi-nos prometido um centro odontológico: “Ah, aquele ali vai ser o local”. Eu fiquei muito feliz. O que fizeram com esse centro odontológico? Chegaram ao Centro de Saúde nº 11 e fizeram esse centro odontológico. Eu fui visitá-lo. Eu falei: “Nossa, que coisa boa para a nossa população!” O centro odontológico funciona assim: é uma sala, lá na frente há outra sala, lá atrás outra sala. Eu não sei se a doutora o conhece. Então, não existe um centro odontológico que realmente seja uma coisa boa, seja digno da população de Ceilândia.

Ceilândia merece respeito. Ceilândia precisa ser ouvida. Ceilândia precisa de outro hospital. Aquele hospital pode ser materno-infantil, mas não tem para onde crescer mais, não tem condições, além de tudo isso que foi dito aqui das outras regionais. Participei do PNAS esse ano e visitei 9 hospitais. A situação é a mesma, só que são 600 mil pessoas em Ceilândia. Nem coloco culpa no Entorno – nós fazemos divisa com Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas, também temos essa população.

Eu agradeço. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Obrigada pelas suas palavras, Joseneide. Só acho que houve um equívoco. A Joseneide disse que Ceilândia sempre é a última, é sempre empurrada. Nada disso aconteceu, porque não havia inscrição de Ceilândia, foi feita depois. Mesmo assim, de forma democrática, aceitei que você viesse falar, até porque temos um respeito imenso por Ceilândia. Se você pegar as



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	36

idades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, você verá que todas têm os equipamentos necessários. Ceilândia não tem nada! Se você procura uma praça, não tem. Se você quer ir ao cinema, não tem. Se você quer ir ao *shopping*, não tem. Você não encontra nada em Ceilândia! Realmente você tem razão em reclamar. Doze centros de saúde e 1 hospital não são suficientes para atender à comunidade de Ceilândia. Eu tenho, particularmente, indicação para que em Ceilândia haja mais leitos para atender a população da cidade.

Quero lembrar também, já que foi falado em saúde mental, que a saúde mental aqui no Distrito Federal, hoje, é um absurdo. Não se consegue consulta há muito tempo. Se você olhar, quase toda família brasileira tem um doente mental e mesmo assim não se consegue atendimento.

Também foi dito a respeito da vigilância sanitária. As outras áreas têm agência, mas a vigilância sanitária foi colocada junto com a AGEFIS. Não tem nenhuma condição de trabalharem juntas porque é de uma agência em saúde que precisamos.

Falei com o Governador Arruda sobre a questão do crime cometido, o de acabar com a Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que é quem dá agilidade. Ela poderia voltar com outro nome talvez, não como fundação hospitalar, mas talvez como fundação em saúde, que é mais amplo e dá mais agilidade, e com isso podemos fazer saúde com muito mais qualidade. Isso realmente está acontecendo. Estamos juntos analisando uma minuta para podermos resolver isso. Será votado aqui na Câmara Legislativa e tenho a certeza de que todos os Deputados encamparão e participarão dessa discussão para melhorar a saúde no Distrito Federal.

Quanto à questão das UTIs. Vocês se lembram de um secretário de saúde que foi exonerado? Inclusive, foi criada uma CPI para verificar as questões de UTIs. Apesar disso, as coisas pioraram depois. Ficou muito pior do que era. Hoje as UTIs são todas terceirizadas, quase todas UTIs são de hospitais particulares, gastando verdadeiros absurdos. Falou-se sobre isso àquela época, mas, logo depois, já se gastava quase 2 milhões e depois passou-se a gastar 7 milhões. Hoje gasta-se muito mais. Realmente temos que ver essa questão com muita atenção.

O orçamento do Governo do Distrito Federal com a saúde é qualquer coisa de extraordinário, chega a 3,8 bilhões de reais. Então, quando o Fábio, com certa razão, se refere à questão do Entorno... Aquilo é uma gota d'água no oceano. É gota, não significa nada. Você pegar 300 mil reais, 3 milhões de reais, num orçamento de 3,8 bilhões de reais, não significa nada. E isso acontece. O que está faltando é a aplicação desses recursos de forma adequada. Eu tenho a certeza de que a questão não é de financiamento público, a questão, infelizmente, é de gestão.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	37

Quero passar às últimas considerações. A Dra. Mariângela afirma que, desde que a fundação seja de direito público... Mas, Mariângela, eu estava vendo o estatuto da outra fundação que dizia, em determinado momento, que também poderia ser de caráter privado. Então, nós queremos uma fundação pública, de caráter público, que possa realmente fazer as coisas. Agora, o que nós precisamos é fazer saúde de qualidade em saúde pública.

Vamos fazer um condensado do que foi dito aqui. Vamos entregar a todos os conselhos de saúde regionais do Distrito Federal, a todos os Parlamentares, ao Secretário de Saúde, ao Governo do Distrito Federal e ao Governador José Roberto Arruda. Vamos dar ampla consideração a isso e mostrar isso a todas as pessoas para que todos saibam o que está acontecendo. Aliás, isso já foi dito pelo Deputado Cabo Patrício. Saber, nós já sabemos, o que nós precisamos é corrigir, fazer ações em saúde que beneficiem não só os servidores, mas também a população de usuários do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu queria apenas me despedir e agradecer a participação de cada uma e de cada um de vocês.

Primeiro, quero corrigir um erro. Ceilândia não deveria ter 100 Programas de Saúde da Família – PSF. Deveria ter 150. Ceilândia tem por volta de 600 mil habitantes. O que eles chamam de CAPS de Ceilândia é uma sala com 2 profissionais que está sendo chamada de CAPS. Em verdade, isso não é CAPS. Só ganhamos em número de CAPS do estado do Amazonas. Mas, além do CAPS, deveríamos ter um CAPS III. Não temos nenhum CAPS III no Distrito Federal. Um caso como de pessoa amarrada em casa, como tantos outros — já vi pessoas enjauladas —, deveria existir um CAPS em funcionamento 24h.

Deputado Dr. Charles, a próxima reunião da Comissão de Educação e Saúde é na quinta-feira. Eu gostaria de ver a possibilidade de se convocar uma reunião extraordinária da Comissão de Educação e Saúde para que discutamos a questão dos odontólogos e que a CES tire dessa reunião uma solicitação de agenda ao Governador do Distrito Federal para que discutamos a situação dos odontólogos.

Eu vi isso hoje em Ceilândia, mas vi isso também em outros locais. Vi hoje em Ceilândia a ausência de fio de sutura, a falta de seringa, a falta de Voltaren — que é um remédio largamente utilizado —, de agulhas para crianças, enfim, coisas absolutamente básicas. Vejo profissionais carregarem fios de sutura na bolsa para poderem operar. Estão comprando do próprio bolso. Eu ouvi o depoimento de um médico que recebeu uma pessoa com cólica renal aguda. O profissional disse ao paciente que, infelizmente, ele deveria comprar o remédio e voltar ao hospital para que fosse aplicada a medicação. Não havia remédio tanto para cólica renal aguda



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	38

como para cólica de vesícula aguda. É uma dor imensa. Pediu-se para a pessoa comprar o remédio e retornar.

A saúde do Distrito Federal exige que possamos fazer valer o SUS e fazer valer a transparência e o controle social. Isso significa que a população deve se apropriar. Eu acho que as conquistas da sociedade só são permanentes, as políticas só se transformam em políticas de estado e não políticas de governo que são mutáveis a cada 4 anos, quando a população se apropria dela. A população tem de se apropriar dessas conquistas.

Então, eu sugeriria, Deputado Dr. Charles, V.Exa. que é o Presidente da Comissão de Educação e Saúde e eu que sou suplente do Deputado Cabo Patrício, que pudéssemos convocar uma reunião extraordinária, de preferência antes de quarta-feira, dia da paralisação, para que discutíssemos especificamente a questão dos odontólogos. Que a Comissão de Educação e Saúde pudesse solicitar uma audiência com o Governador do Distrito Federal para que atenda os odontólogos e busque resolver o problema desta categoria tão fundamental para cada uma e cada um de nós.

Quero desejar uma boa-noite para todas e todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Deputada Erika Kokay, eu já tinha sugerido à Dra. Patrícia fazermos um encaminhamento por meio da Comissão de Educação e Saúde. Acato o pedido de V.Exa. para uma reunião extraordinária. Podemos realizá-la sem problemas. Podemos fazer isso antes da paralisação e fazer um encaminhamento ao Governador. Com certeza, estaremos a postos e juntos com os odontólogos para suprir as necessidades de agora.

O Deputado Reguffe falou sobre os computadores. Realmente, quando comentamos o assunto, encham os corredores dos centros de saúde dos hospitais. Passam alguns dias, não vemos mais os computadores. Eles somem. Não há informatização, não há cartão, não há nada.

Eu queria terminar lembrando a questão do SUS. É fundamental para todos nós, homens e mulheres brasileiras, profissionais de saúde ou não, que trabalharam muitos anos para fortalecer o SUS no nosso País. Então, nós não podemos deixar usurparem isso que criamos com tanta luta, com tanta força. Temos de brigar incessantemente para não acabar, e sim fortalecer e não deixar privatizar toda a nossa questão de saúde. Fortalecer o SUS é uma bandeira de inclusão social e de respeito à pessoa, ao ser humano. Precisamos fortalecer o SUS.

Concedo a palavra à Dra. Mariângela.

SRA. MARIÂNGELA DELGADO ATHAYDE CAVALCANTE – Quero agradecer a todos vocês, conselheiros de saúde, por indicarem o meu nome para representá-los aqui nessa mesa. É uma honra muito grande.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12	11	2009	15h50min	104ª Sessão Ordinária (transformada em Comissão Geral)	39

Vamos continuar nessa luta, mesmo com as tentativas de desqualificar o meu nome, porque sou o contraditório no Conselho de Saúde do Distrito Federal. Junto com vocês. Existe um ditado antigo que diz "O povo unido jamais será vencido". (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. CHARLES) – Muito obrigado, Dra. Mariângela.

Lembro à Deputada Erika Kokay que existem em Ceilândia 16 equipes incompletas do PSF. Portanto, é irregular, é ilegal. Fere o protocolo do Ministério da Saúde. Se a equipe for incompleta é ilegal. Temos de corrigir isso. Agora talvez tenha havido alguma melhora, mas 5% de cobertura do PSF, o menor do País é uma aberração.

Quero parabenizar a todos vocês conselheiros, que deixaram suas casas, o trabalho, e vieram aqui discutir a saúde do Distrito Federal e a saúde do Brasil.

Parabéns a todos vocês.

Obrigado.

Assim sendo, desejo a todos vocês que Deus os abençoe e as suas famílias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h07min.)